

**ENSINO REMOTO E A VULNERABILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS:
IMPACTOS EVIDENCIADOS DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE
ITUUITABA/MG**

***REMOTE EDUCATION AND VULNERABILITY IN PUBLIC SCHOOLS:
EVIDENCED IMPACTS OF THE PANDEMIC IN THE MUNICIPALITY OF
ITUUITABA/MG***

**EDUCACIÓN A DISTANCIA Y VULNERABILIDAD EN LAS ESCUELAS
PÚBLICAS: IMPACTOS EVIDENCIADOS DE LA PANDEMIA EN EL
MUNICIPIO DE ITUUITABA/MG**

Klívia de Cássia Silva NUNES¹

Luiz BEZERRA NETO²

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar os impactos da oferta do ensino remoto nas escolas que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase do Ensino Fundamental no período pandêmico entre os anos de 2020 a 2021, em três escolas públicas no município de Ituiutaba/MG. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, que foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, baseada no método descritivo analítico. Como procedimento metodológico, utilizou-se de questionário virtual (*Google Forms*) para professores e

¹ Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. Email: klivianunes67@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5264-9598>

² Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Bolsista PQ nível 2 do CNPq. São Carlos, São Paulo, Brasil. Email: lbezerra.ufscar@gmail.com ORCID: <http://lattes.cnpq.br/4809080593333472>

familiares de alunos e entrevista semiestruturada que foi realizada virtualmente (*Google Meet*) com os professores. Como resultado, podemos inferir que a oferta do ensino remoto não é a mesma para todos, embora as redes de ensino tenham realizado planos de atuação para dar continuidade aos estudos. As fragilidades no país são imensas e cada contexto tem suas peculiaridades. Para contrapor a todas essas ingerências na condução da crise sanitária que vivemos e os reflexos na educação, são necessárias ações de resistência na defesa da educação como um bem comum de direito universal. Deste modo, espera-se que estes dados ajudem a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal a procurar caminhos para minimizar o período de ausência das aulas presenciais, que, em certa medida, acabou contribuindo com o agravamento das desigualdades escolares.

Palavras-chave: Educação, Ensino Fundamental, Ensino Remoto, Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado Ensino remoto e a vulnerabilidade nas escolas públicas: impactos evidenciados da pandemia no município de Ituiutaba/MG teve como finalidade analisar a percepção das professoras e familiares sobre a oferta do ensino remoto nas três escolas que fazem parte do Programa da Residência Pedagógica - Subprojeto Pedagogia/Alfabetização da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. Destarte, teve como objetivo geral analisar os impactos da oferta deste modelo de ensino nas escolas que atendem crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase do Ensino Fundamental, no período pandêmico entre os anos de 2020 a 2022, em três escolas públicas do município de Ituiutaba/MG.

Esta proposta nasceu de uma atividade que estava sendo desenvolvida com o Programa da Residência pedagógica, iniciada em novembro de 2020, quando se fez um breve levantamento, através dos relatos das professoras preceptoras, sobre a situação que as escolas estavam enfrentando no momento

mais crítico da pandemia. Vale dizer que foi exatamente estes relatos das professoras preceptoras, especialmente, por serem escolas com características de vulnerabilidade que chamaram a atenção para a situação que elas estavam enfrentando, principalmente no tocante às dúvidas de como proceder a atividade pedagógica no ensino remoto e por ser uma pesquisa atual e relevante em termos históricos e pedagógicos para Ituiutaba, Brasil e o mundo. Ressalta-se que o estado de Minas Gerais, a partir do ano 2000, incorporou a política focalizada para a rede de ensino das escolas estaduais, estabelecendo diferenças entre as escolas de referências e as escolas vulneráveis.

Deste modo, durante o período mais crítico da pandemia, as instituições escolares se organizaram para ofertar aulas não presenciais com suporte em ferramentas tecnológicas. Esse formato de ensino tem sido caracterizado, entre outras maneiras por ensino remoto, ensino não presencial e ensino mediado por tecnologias. Nessa conjuntura, o estado de Minas Gerais, aprovou o Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, que institui o comitê Gestor do Plano de Prevenção e contingenciamento em Saúde da COVID19. Outra providência tomada pelo poder público, foi constituir um Comitê Extraordinário para deliberar no âmbito da educação, sendo uma das providências, conforme artigo 2º, a suspensão por tempo indeterminado, devido à calamidade pública, das aulas presenciais da educação escolar básica em todas as unidades escolares da rede pública estadual de ensino, conseqüentemente, a rede municipal.

Seguindo estes documentos legais, o estado de Minas Gerais suspendeu, temporariamente, todas as atividades presenciais de ensino e, as instituições escolares, organizaram, em um tempo muito curto, a oferta de ensino no formato não presencial, com medidas de uso de materiais impressos e aulas on-line, como forma de garantir o atendimento educacional às crianças e jovens da educação básica.

A oferta escolar no estado de Minas Gerais, organizado pela Secretaria Estadual de Educação, para as escolas de sua rede, como forma de minimizar os impactos do ensino remoto, se organizou com base na seguinte estrutura:

Regime Especial de Atividades Não presenciais (REANP), Plano de Estudo Tutorado (PET) e o Programa de TV Se Liga na Educação. Já nas escolas municipais, através da Secretaria Municipal de Educação, organizou o ensino oferecendo: apostila trilhas da aprendizagem, livros didáticos, atendimento individual pelo WhatsApp, aula desenvolvida pelo WhatsApp, acompanhamento das atividades das apostilas e/ou livro do professor, mas os professores têm a liberdade para usar o PET ou qualquer outra apostila, não deixando claro quais apostilas poderiam ser utilizadas.

A partir desta contextualização, a investigação tomou como referência a seguinte problemática: quais os impactos da oferta do ensino remoto em tempos pandêmicos nas escolas que atendem as crianças em situação de vulnerabilidade na primeira fase do Ensino Fundamental? Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, baseada no método descritivo-analítico. Como procedimento metodológico, utilizou-se de questionário virtual (*Google Forms*) para professores e familiares de alunos e entrevistas semiestruturadas que foram realizadas virtualmente (*Google Meet*) com os professores. Vale ressaltar que este trabalho foi aprovado pelo Conselho de Ética, CAAE: 52406621.5.0000.5152.

Neste sentido, a proposta deste trabalho visou proporcionar ao poder público reflexões e problematizações sobre as escolas vulneráveis no contexto da pandemia, contribuindo com dados que demonstrem os impactos do ensino remoto nos territórios vulneráveis no atendimento aos alunos que se encontram em desvantagem social e educacional. Deste modo, espera-se que estes dados ajudem a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal a procurar caminhos de minimizar o período de ausência das aulas presenciais, que, em certa medida, acabou contribuindo com o agravamento das desigualdades escolares.

Diante do exposto, este trabalho divide-se em duas seções, não incluindo a apresentação e considerações. A primeira apresenta conceitos e algumas

complexidades que cercam o termo vulnerabilidade e o contexto educacional. A segunda apresenta discussões iniciais sobre o ensino remoto e a pandemia.

A VULNERABILIDADE E O CONTEXTO EDUCACIONAL DE ITUIUTABA

A vulnerabilidade social é um conceito complexo e multifacetado, “se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social” (XIMENES, 2010, p.1), como a situação que o mundo está vivendo entre 2020 e 2022, com a pandemia da Covid-19, marcada pela incerteza e instabilidade de subsistência e de se manter vivo. Seguindo esta linha de pensamento, de acordo com os documentos produzidos pelo IPEA, se confirma que o conceito de vulnerabilidade tem um significado polissêmico, tanto na literatura quanto nos documentos oficiais, apresentando variações de significados a esta expressão (COSTA et al., 2018). Para Prowse (2003 apud COSTA et al., 2018, p.10), alguns autores consideram a vulnerabilidade como suscetibilidade à pobreza, outros, caracterizam como sintoma de pobreza. O PNUD (2014) entende que existe uma maioria de pessoas no mundo inteiro vulnerável, em menor ou maior grau. “Castel refere-se à vulnerabilidade social como produto da precária inserção dos indivíduos na sociedade salarial – a qual engendra riscos sociais específicos” (COSTA et al., 2018, p.14), o que dialoga com o pensamento de risco social que vive o trabalhador desprovido da proteção trabalhista, do desemprego, da informalidade, precarização, morte e pandemia.

Diante do exposto, cabe enfatizar que para uma compreensão sobre a vulnerabilidade, partimos do princípio de que a “pobreza e vulnerabilidade são distintas, uma vez que nem sempre todos os indivíduos vulneráveis estão no limiar mais baixo da classe econômica” (GLEWWE; HALL, 1998 apud COSTA; FILHO, 2017, p. 63). Assim, a pobreza diz respeito à atual situação socioeconômica que está se vivendo, enquanto a vulnerabilidade se refere às mudanças da situação socioeconômica (GLEWWE; HALL, 1998 apud COSTA;

FILHO, 2017). Esta situação de vulnerabilidade está associada a condições ou determinantes a certos grupos mais propensos, como por exemplo: classe econômica, sexo, idade, migração, saúde e educação. Neste sentido, complementando esta construção conceitual, para este trabalho, se utiliza o termo de vulnerabilidade relacionada ao nível educacional deficiente, relacionados a exclusão, pobreza, localização geográfica e a ligação destes aspectos com o ensino remoto.

Compõe este quadro de análise, as escolas vulneráveis, que são aquelas que atendem crianças e jovens em risco social, onde suas famílias estão desprovidas de proteção clássica do mundo do trabalho (seguridade, desemprego, alimentação, salário digno, entre outros), levam à privação de bem-estar, especialmente, dos indivíduos e famílias de origens mais pobres, o que acarreta desigualdade social e educacional, e, ainda, que na ordem do capital, são atendidas por políticas compensatórias que nada alteram o enfrentamento da pobreza, são meramente paliativo, mas, que, são necessárias devido às condições precárias que a escola e o entorno se encontram, revelando as contradições do sistema capitalista.

Para uma melhor compreensão sobre o encaminhamento das políticas educativas no estado de Minas Gerais destinadas para a população em situação de pobreza e vulnerabilidade social, foi proposta a organização por territórios educativos a partir de 2000, como forma de viabilizar o atendimento às políticas focalizadas. Vale ressaltar que as escolas pesquisadas, ainda seguem esta normatização, pois consta nos atuais Projetos Político-Pedagógicos.

Neste sentido, os nossos estudos estão voltados para o entendimento sobre vulnerabilidade em territórios educativos urbanos em que as escolas estão inseridas no atual momento pandêmico, o que faz ser oportuno, visto que a crise sanitária provocada pela COVID-19 trouxe ainda mais para visibilidade as marcas das desigualdades sociais no país e, conseqüentemente, as marcas da desigualdade escolar, especialmente, dos rumos dados ao cenário das políticas sociais no mundo e no Brasil a partir de 2016. Estas marcas são propostas de

um capitalismo cada vez mais selvagem, que no caso do Brasil, veio desnudar a perversidade do movimento nacionalista e de uma ultradireita reacionária, que com o golpe jurídico parlamentar midiático, colocou na presidência Michel Temer, pautando um projeto que retirou muitos direitos da classe trabalhadora, até então, garantidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente nas áreas trabalhistas, previdenciárias e de educação e saúde. Estas propostas avançaram e ainda vem avançando, com as atuais políticas do governo de Bolsonaro e Paulo Guedes, que diga-se de passagem, são eficientes em suas propostas fundadas na constituição das relações sociais e produtivas do capitalismo oligárquico-dependente, latifundiário, servil e escravocrata (MONTAÑO, 2010, p.31), que empobrece material e espiritualmente a classe trabalhadora, com isso ele representa um governo de cunho nazifascista, pois não atende aos anseios mínimos da classe trabalhadora (educação, saúde, comida, habitação), ou melhor, tais políticas, descortinam o agravamento, entre outros problemas, sérios no país, já citados, as fragilidades do sistema educacional brasileiro com sua incapacidade de garantir o direito a todos a educação.

Tal contexto vem ao encontro desta passagem que Marx escreve nos Cadernos de Paris e Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, sobre o trabalho como fonte do valor, mas o operário não se apropria deste valor, ao contrário, se empobrece material e espiritualmente, ao elevar-se a sua produtividade, assim descrita:

Diz-nos que, originariamente e segundo o conceito, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador. Mas diz-nos, simultaneamente, que na realidade cabe ao trabalhador a parte mínima e mais indispensável do produto; apenas tanto quanto for preciso para ele existir, não como homem, mas como trabalhador, não para ele reproduzir a humanidade, mas antes, a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores. (MARX, 2013, p.251)

Tais pressupostos são pautas de um projeto de sociedade que gera para a população uma compreensão de mundo na dinâmica da perversidade do mercado, o que gera incerteza, insegurança e instabilidade política, econômica, social, educacional e crises sanitárias. Percebe-se um cenário mundial, como o atual momento pandêmico, em que as mazelas que estavam, em certa medida, invisíveis aos olhos da população, tornaram-se visíveis e mais cruéis.

Essa assertiva nos remete a uma compreensão de que Marx já vinha alertando no conjunto de sua obra, o fato de que a relação trabalho e produção de desigualdade é o ponto focal do sistema econômico capitalista, visto que ele próprio sobrevive da reprodução da desigualdade, quando há explorados e exploradores, sobretudo, nas relações produtivas, entre donos dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, tornando-se ele próprio uma mercadoria. Essa força que lhe é estruturante é também a força que garante a sua perpetuação, logo, ao se desenvolver pela exploração e mais-valia, esse sistema se configura como um sistema de distribuição desigual das riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade. Logo, a produção de desigualdades não lhe é algo estranho, mas faz parte de sua natureza, pois a riqueza produzida fica restrita a uma minoria.

Conforme pesquisa produzida por Carlos Madeiro (2021), e outros pesquisadores e técnicos do IPEA, publicada em reportagem da UOL, sobre o aumento da pobreza e da fome no Brasil a partir de 2019, revelou-se a insuficiência dos programas sociais e a dependência dos mais pobres das doações de voluntários e ONGS para o combate à fome. Consta na reportagem datada no dia 27 de setembro de 2021, a partir dos dados do Cadastro Único do Governo Federal, chamado CadÚnico, que pelo menos 2 milhões de famílias tiveram a renda reduzida e caíram para a extrema pobreza entre janeiro de 2019 (antes da pandemia) e junho de 2021. Consta ainda, na supracitada reportagem que, o IBGE, através da Pesquisa de Orçamento Familiar, havia detectado um aumento de 33% na insegurança alimentar entre 2017 e 2018. Além disso, no

mês de abril de 2021, já estava confirmado 19 milhões de brasileiros em situação grave em relação ao acesso à alimentação.

Importa considerar que quando se retira o Estado da responsabilização da questão social e a repassa para a esfera da sociedade civil, como descrito no trecho acima que demonstra a insuficiência de programas sociais e que gera dependência de doações de outros setores da sociedade, é nada mais e nada menos, que uma proposta de desonerar o capital de tais responsabilidades, a partir da precarização e focalização da ação social estatal e, ainda, tomam medidas pontuais compensatórias para esconder os verdadeiros fenômenos de esvaziamento dos debates sobre capital/trabalho, democratização, superação dessa ordem (MONTAÑO, 2010). Deste modo, apresentamos o número de inscritos no CadÚnico, em busca de benefícios, que poderão ou não ser contemplados no Brasil.

Ao consultar o portal do CadÚnico, constatamos a seguinte situação no ano de 2022. Existem 85.353.967 pessoas cadastradas, destas 47.001.855 (55%) estão em situação de extrema pobreza. Em Ituiutaba/MG se tem a seguinte situação: 37.923 pessoas cadastradas no mês de abril, destes, 4.460 (12%) estão vivendo em extrema pobreza (BRASIL, 2022). Percebe-se, do percentual cadastrado no CadÚnico, em 2022, que existe um contingente grande que está vivendo em situação de extrema pobreza no país e que aumentou consideravelmente desde 2019, comparando-se a reportagem citada acima com os dados do CadÚnico.

Ao comparar os dados do Brasil e do município de Ituiutaba, pode-se inferir a existência de um movimento considerado de pessoas que estão vivendo na vulnerabilidade social e com as graves consequências do impacto da pandemia sobre esta população mais pobre, sobretudo, com forte acumulação de capital por parte dos setores proprietários de meios de produção, como combinações do resultado da crise estrutural do capitalismo e a crise sociopolítica sem precedentes (ANTUNES, 2020a).

Para Antunes (2020a, p. 6),

Os impactos da pandemia do capital, como eu costumo chamar, são profundos. Embora não tenha sido a pandemia que causou a tragédia do mundo do trabalho, ela pôs a nu, desvendou, desnudou, a forma pela qual o capitalismo já vinha desenvolvendo, desde 1973, mais especialmente no século 21, a partir da crise de 2008 e 2009, uma forma de trabalho pautada pela combinação complexa e nefasta entre alto índice de digitalização das tecnologias de informação e comunicação.

Aspecto semelhante foi pontuado por Hobsbawn, quando diz que já vinha sendo desenhada a crise do capital que teve seu apogeu entre os anos de 1980 a 1990, com fortes consequências para o desenvolvimento social, econômico e cultural, por meio do “[...] desemprego em massa, depressões cíclicas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto e luxo abundante, em meio a rendas cada vez mais limitadas [...]” (HOBSBAWN, 1995, p.19). Hoje, em pleno Século XXI, a tragédia se repete, já como evidência concreta da falência e falácia do estágio que este sistema capitalista atingiu.

Assim, considera-se que quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, com maior acumulação do capital, mais há exploração das forças de trabalho da classe trabalhadora para a extração da mais-valia, que gera um círculo de acumulação de riqueza e, ao mesmo tempo, gera pobreza, ou seja, “quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital)” (MONTAÑO, 2012, p.279). Deste modo, pode-se inferir que a abundância de concentração de riqueza nas mãos de poucos é que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa (MONTAÑO, 2012).

Essa assertiva se complementa com a seguinte passagem sobre o pensamento de Marx sobre o pauperismo, citado por Netto (2015), quando diz

que o pauperismo não é algo localizado, mas é um fenômeno generalizado e que só pode ser compreendido do ponto de vista social. Ainda acrescenta que, não pode ser solucionado se não se conhecem suas causas. E, mais, o Estado burguês trata o pauperismo no limite político, e, quando enfrenta tal situação, não faz mais que ações paliativas de ordem administrativa (NETTO, 2015, p.26). Esta questão social é retrata por Engels (2010) no livro intitulado *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, o qual demonstra como vivia o proletariado e o menosprezo da questão social no que se refere à miséria e à opressão. Para ele, a pobreza é uma questão derivada do capitalismo, cuja raiz se encontra no desemprego, no subemprego e na exploração da classe trabalhadora, tendo, portanto, a pobreza como consequência perversa do modo de produção capitalista (SOUZA, 2018). Assim, pode-se inferir que estas questões levantadas por Engels pautam o agravamento da pobreza e contribuem para a vulnerabilidade social.

Com relação à vulnerabilidade social urbana, Kowarick (2002 apud SOUZA, 2018, p.14), argumenta que “o aumento da vulnerabilidade no Brasil pode ser visto em fenômenos como a crescente favelização e o empobrecimento da população, que refletem um quadro econômico perverso referente à remuneração, desemprego, desassalariamento e trabalho irregular”. Tal retrato se agrava no momento pandêmico, mas antes de 2020, no auge da crise sanitária, no conjunto de situações que o país estava vivenciando no plano econômico, político e social, já apresentava um aumento considerável da “crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho” (ANTUNES, 2020b, p.7), o que contribuiu com o aprofundamento da corrosão do trabalho, das desigualdades social e educacional.

Por outro lado, neste mesmo período, se apresenta também a perversa faceta do sistema capitalista, que no seu rolo compressor, preservava o enriquecimento privado das classes burguesas, esta, por sinal, se manteve intocável na atual crise sanitária. No entanto, a classe trabalhadora, além de lidar

com toda a situação de pauperização, ainda está sob o fogo cruzado, entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade (ANTUNES, 2020b, p.14).

Diante do exposto, pode-se dizer que a questão da pobreza e vulnerabilidade está de mãos dadas, no caso da realidade brasileira, de forma profunda, principalmente com a crise sanitária. Mas, na verdade, a “pandemia do capital” (ANTUNES, 2020b), revela, ainda, as disparidades regionais sobre as condições de vida da população. Para entender estas disparidades, se faz necessário compreender as consequências e implicações que contribuem para a construção com a vulnerabilidade social, que repercute por gerações.

Nesse sentido, a análise circunscreve ao município de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, com finalidade de descrever o panorama geral dos fatores que acentuam ou não a vulnerabilidade nos territórios urbanos onde estão localizadas as três escolas aqui pesquisadas, fazendo uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do indicador de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), através de duas dimensões, a saber: analfabetismo, analfabetismo funcional, renda (menor ou igual a R\$ 255,00) e trabalho (Desocupados, Ocupação informal s/ ensino fundamental).

O município de Ituiutaba faz parte do Triângulo Norte do estado de Minas Gerais. A estimativa populacional em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 105.818 habitantes. Os municípios fronteiriços são Gurinhatã, Ipiaçu, Capinópolis, Canápolis, Monte Alegre de Minas, Campina Verde e o Estado de Goiás, sendo que a principal referência urbana é o município de Uberlândia, que ocupa a posição 62 do índice do IDH, com 0,739, considerado alto (IBGE, 2010). De acordo com o Portal do IBGE (2022), em 2019, o salário médio mensal da população era de 2.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, em 2010, tinha 30% da população nessas condições. Reforça-se que os dados aqui apresentados se referem à publicação do IBGE

do primeiro trimestre de 2020 e, portanto, não apresenta os impactos da pandemia ao longo deste ano e, ainda, não foram atualizados os dados do rendimento mensal dos que ganham até meio salário-mínimo, estes, por sinal, estão defasados. Porém, nos dados apresentados acima do CadÚnico, que estão atualizados, pode-se ter uma ideia dos impactos provocados desde 2016, com políticas que excluem os que mais precisam.

Com relação à oferta do ensino em Ituiutaba, esta cidade conta com 18 escolas da rede estadual situadas no território urbano, e 12 escolas da rede municipal, três localizadas no território rural. De acordo com o IBGE (2022), em 2010, a taxa de escolarização da população entre 6 a 14 anos era de 98,1. Com relação ao IDEB, de acordo com o Portal do IBGE (2019), os anos iniciais do ensino fundamental da Rede pública contava com 6,3 e os anos finais com 4,7, não atingindo a meta prevista para este ano que era de 6,5 para os anos iniciais e 5,6 para os anos finais (QEdU, 2019). Quanto aos dados de distorção idade-série, constam no período de 2018 2%, dois em cada 100 alunos se encontram com dois ou mais anos em atraso escolar (QEdU, 2019).

Importa considerar, a partir dos dados, que a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos no ano de 2010 e a distorção idade-série de 2% são consideradas boas para os níveis dos outros municípios do país, visto que ele ocupa a posição de 5570º, no estado ocupa a posição 853º e na região geográfica imediata 6ª. Já a taxa de analfabetismo apresenta a seguinte configuração: com 15 anos ou mais de idade no município no ano de 2010, constava em torno de 7.560, que corresponde a 11,3% de analfabetos (MPP/IBGE, 2010). Quanto à taxa de analfabetismo funcional, não foi encontrado dado estatístico.

Estes dados inferem em outro dado importante para analisar-se a trajetória escolar dos alunos, dentre estes se destaca a taxa de distorção idade-série, pois sendo um fenômeno multifatorial, afeta não só a cidade de Ituiutaba, mas todas as cidades brasileiras. Vale dizer que este fenômeno, em certa medida, tem grande impacto na vida futura das crianças e jovens, pois afeta um

dos pilares importantes dos direitos humanos, o direito de aprender na idade certa, ou seja, não foram assegurados tais direitos, tornando-os propensos a abandonar seus estudos ao longo de sua trajetória escolar, formando um círculo vicioso de fracasso escolar.

Após a explanação do contexto de vulnerabilidade no município de Ituiutaba, passa-se a retratar a realidade em que se encontram as três escolas aqui trabalhadas, sendo duas estaduais e uma municipal: Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva – CAIC; Escola Estadual Prof. Álvaro Brandão de Andrade; e Escola Estadual Governador Bias Fortes, localizadas na zona urbana e que atendem alunos do Ensino Fundamental da primeira fase. Estas escolas atendem alunos que pertencem a bairros considerados de média, alta e muito alta vulnerabilidade social, de acordo com o fator não alfabetizados e renda (DUTRA JÚNIOR, 2014). Para uma maior compreensão sobre a classificação dos bairros em baixa, média e alta vulnerabilidade social, se faz necessário esclarecer que existem vários condicionantes e fatores que constituem a dimensão que compõe o IVS. Para este trabalho considerou-se para a análise os fatores de educação e renda, que compõem os subíndices IVS Capital Humano e Renda e Trabalho.

A descrição dos indicadores foi comparada com os PPPs de 2020 das três escolas analisadas, que tem como base o Índice Socioeconômico de cada escola, calculado a partir dos questionários contextuais das avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública) e das falas dos professores entrevistados a respeito do público que atenderam. Pôde-se chegar ao seguinte perfil da comunidade: de modo geral a comunidade é carente, o que impacta diretamente no aprendizado dos alunos; a renda oscila entre um e três salários-mínimos; as casas que os alunos moram são populares, algumas construídas pelos próprios moradores, são simples e uma grande maioria tem saneamento básico; e a escolaridade dos responsáveis dos alunos varia do analfabetismo ao Ensino Fundamental incompleto.

Ou seja, existe um contingente populacional que tem pouco acesso aos bens, serviços e políticas públicas que garantem as condições de vivência plena dos seus direitos e, ainda, este quadro contribui para as desigualdades educacionais a partir dos fatores externos à escola. Tal assertiva nos faz refletir sobre os acontecimentos pandêmicos, como, por exemplo, o acesso aos bens de consumo, aos insumos tecnológicos, que no momento da crise sanitária foram cruciais para preservar as vidas, visto que o trabalho e o ensino puderam ser realizados por meios das tecnologias. Para alguns, porém, esta questão trouxe a visibilidade de outro problema, que os governantes atuais insistem em mascarar, de que muitos não têm acesso ao elementar dos aparatos tecnológicos, por exemplo, acesso à internet. Isso fez com que vários alunos não tivessem acesso ao elementar das aulas, prevalecendo a ideia sistêmica de que “pode-se fazer algo e continuar a fazê-lo sem ter que responder pessoalmente por isto. Atua-se, por assim dizer, à própria revelia. Atua-se fisicamente, sem que se atue moral e politicamente” (BECK, 2011, p.39).

O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Desde que a pandemia se alastrou pelo mundo, em 2020, causando incertezas, mortes e aprofundamento dos problemas sociais e educacionais, que se sentem os efeitos desastrosos da COVID-19 e do vírus do capitalismo, que provoca uma pandemia de desigualdades, conseqüentemente, o isolamento do conhecimento. Tal como demonstram os dados do relatório da UNICEF sobre a extensão da perda da educação nos países de baixa e média renda, como é o caso do Brasil. O relatório aponta que cerca de 635 milhões de estudantes continuam sendo afetados continuamente pelo impacto da pandemia, como, por exemplo, crianças que estão com déficit na alfabetização, como cita o relatório da UNICEF (2022, p. 1)

Em vários estados brasileiros, cerca de três em cada quatro crianças do 2º ano estão fora dos padrões de leitura, número acima da média de uma em cada duas crianças antes da pandemia. Em todo o Brasil, um em cada dez estudantes de 10 a 15 anos relatou que não planeja voltar às aulas assim que sua escola reabrir.

Além disso, o relatório da UNICEF (2022, p. 1) destaca que “a perda do aprendizado devido o fechamento de escolas deixou até 70% das crianças de 10 anos incapazes de ler ou entender um texto simples, em comparação com 53% antes da pandemia”, o que acarreta outro problema, a pobreza de aprendizagem. Na verdade, estes dados só reforçam o que já vinha acontecendo nos países que não se apresentam no centro do capitalismo mundial e se enquadram em uma economia dependente, privatista e periférica, como é o caso do Brasil.

Ao lado desta questão, tem-se também o agravamento nutricional das crianças, pois 370 milhões de alunos em idade escolar, em todo o mundo, ficaram sem merenda escolar durante o período de fechamento das escolas, sendo esta, muitas vezes, a única fonte de alimentação e nutrição diária (UNICEF, 2022). Este contexto abarca crianças brasileiras que se encontram em territórios que apresentam maior vulnerabilidade e, ainda, aponta a volta do país ao mapa da fome.

O exemplo abarca também as crianças pobres em idade escolar: se não vão às escolas públicas por causa da pandemia (o que é justo e necessário para restringir a expansão do coronavírus), não tem como se alimentar. Se vão às escolas, correm o risco de se contaminar e transmitir a doença a seus familiares. A classe trabalhadora, então, se encontra sob intenso fogo cruzado. Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade. (ANTUNES, 2020a, p.14)

A partir destas primeiras pontuações, se faz necessário retroagir no tempo para conhecer as medidas que foram tomadas no Brasil, Minas Gerais e Ituiutaba, em relação à educação no período do pico mais alto do contágio causado pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, mas conhecida como COVID-19, no ano de 2020. Vale ressaltar que a pandemia trouxe maior visibilidade da fragilidade da educação brasileira, especialmente, a partir de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, que tinha como projeto de educação a produção da ignorância de forma intencional para ganhos políticos e financeiros, lançando desinformações, negação da ciência e dúvidas constantes da realidade e ataques à educação pública, principalmente com cortes do financiamento educacional, especialmente, no momento tão delicado que se estava vivendo no ápice da pandemia.

Com relação à pandemia, foi após a declaração da OMS (Organização Mundial de Saúde), em 11 de março de 2020, sobre a disseminação comunitária da Covid-19, decretando situação pandêmica que o mundo estava vivendo, que foram tomadas medidas preventivas por diversos governos mundialmente. No Brasil, foram editadas várias medidas para o enfrentamento da emergência na saúde pública, a partir das pressões internas da sociedade e da OMS. Entre estas medidas destaca-se a Portaria do Ministério da Educação nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas com meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus. Seguindo esta Portaria, Estados e Municípios editaram decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, dentre eles, a suspensão das atividades escolares.

Aqui cabe uma pequena ponderação sobre os encaminhamentos das políticas educacionais em tempos pandêmicos, visto que cada estado (26 estados e o Distrito Federal) e os 5.568 municípios organizaram as formas de atendimento para o enfrentamento da covid-19, trazendo a visibilidade da fragmentação na condução do Sistema Nacional de Educação, embora os entes

federados deveriam juntos ter tomado, de forma integrada e sob a coordenação da União, as medidas necessárias para conter o aprofundamento das marcas das desigualdades. Mas isso não aconteceu, justamente por não existir a “unidade na diversidade” (SAVIANI, 1999), o que prevaleceu foram as contradições, desencontros, imprecisões e improvisações.

Deste modo, como em toda a federação, sem uma organização direta da União, o estado de Minas Gerais aderiu à suspensão das aulas presenciais pela Deliberação nº 18, de 21 de março de 2020, do Comitê Extraordinário de COVID-19 (MINAS GERAIS, 2020) e as instituições escolares públicas e privadas precisaram se organizar para fazer a oferta do ensino remoto emergencial. Além das instituições estaduais, caberia às municipais e particulares acompanharem as normas apresentadas no documento como forma de prevenção e controle da pandemia.

Em Minas Gerais, a suspensão das aulas aconteceu no dia 18 de março de 2020, a partir da publicação do Decreto 113 de 12 de março de 2020, o qual declara emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória e dispõe sobre as medidas de enfrentamento. Nessa conjuntura, o estado de Minas Gerais editou decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, dentre eles, a suspensão das atividades escolares. Ressalta-se que estes documentos oficiais editados pelo estado foram seguidos pelos municípios que compõem esta federação.

Assim, o estado de Minas Gerais aderiu à suspensão das aulas presenciais pela Deliberação nº 18, de 21 de março de 2020, do Comitê Extraordinário de COVID-19 (MINAS GERAIS, 2020a) e as instituições escolares públicas e privadas precisaram se organizar para fazer a oferta do ensino remoto emergencial. Neste sentido, o município de Ituiutaba/MG, através da PORTARIA N. 182/2020, instituiu o regime especial de teletrabalho no âmbito das instituições públicas municipais de educação para execução do regime especial de atividades não presenciais.

Além desse direcionamento, o documento aborda as responsabilidades de cada setor para a oferta do ensino e, também, segue a orientação geral da Resolução SEE N° 4310/2020, que dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades não Presenciais (REANP). Institui, também, o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Vale salientar que este documento foi elaborado em conjunto com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) (SEE-MG, 2020b).

O REANP conta com várias ferramentas de atendimento para a execução da proposta pedagógica, que se estrutura da seguinte forma: a) *Programa de Estudos Tutorados (PET)*, que consiste em apostilas mensais que reúnem atividades, orientações de estudos e conteúdo (da Educação Infantil ao Ensino Médio) de cada componente curricular; b) *Se Liga na Educação*, programa transmitido pela Rede Minas, com quatro horas de aulas gravadas, em que os estudantes podiam interagir, por meio das redes sociais, com os professores no estúdio; c) *Conexão Escola*, um aplicativo para celular apresentado como mais uma forma de acesso ao PET, aos materiais de orientação, às aulas síncronas com os professores, às aulas on-line (via Google Meet) e às aulas da Rede Minas; d) *Documentos Orientadores*, que foram elaborados com o intuito de trazer algumas medidas didático-pedagógicas e normativas tomadas para a consolidação do REANP; e) *Fortalecimento da Aprendizagem*, documentos balizadores para aprendizagem, emocional, didático-pedagógico, como também orientações relativas ao cumprimento do calendário escolar e da carga horária anual estabelecidos pelo CNE; f) *Se liga na Libras*, que apresentou vídeos em libras tratando de vários conteúdos escolares e aspectos da cultura da Língua de Sinais; g) *Projeto Vamos aprender*, um projeto do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com parceria e apoio da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Lemann, do Itaú Social, dentre outras organizações da sociedade civil; h) *Legislações, dúvidas comuns e contato/suporte*, ferramenta

que reuniu várias informações concernentes ao desenvolvimento do REANP. (SEE-MG, 2020c).

Como se observa na descrição acima, com a pandemia da Covid-19, as plataformas para o ensino remoto passaram a ser uma solução viável para que crianças e jovens não perdessem o ano letivo, mas somente para os tecnocratas dos formuladores das políticas educacionais neste país, pois as bases visam a mercantilização e racionalidade do ensino, já que nem todos conseguiram ter acesso às plataformas. Existem hoje no Brasil, os subconectados e os desconectados, e são 33,9 milhões de brasileiros nesta situação, os quais pertencem aos grupos que ganham menos de um salário-mínimo ou não ganham nada, e dependem do governo e/ou da sociedade civil (PWC/INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2021).

Ao lado destas questões, para ampliar a compreensão e entender um pouco mais sobre as desigualdades educacionais, tem-se cerca de 6 (seis) milhões de estudantes da pré-escola à pós-graduação que não conseguem fazer aulas remotas por falta de acesso à internet em casa, assim demonstrado: 71% se encontram no ensino fundamental e 12% no ensino médio na rede pública, 4% na rede privada e 13% em outros níveis de ensino da rede pública. Os dados disponíveis não revelam quantos alunos da educação infantil ficaram de fora, visto que eles também passaram pelos mesmos processos – ensino remoto e exclusão digital (PWC/INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2021).

Neste sentido, pode-se dizer que a Internet foi a principal forma de desenvolver o ensino remoto, no que tange ao acesso aos conteúdos passados em formato de vídeos, áudios, mensagem de texto, especialmente, através do aplicativo *WhatsApp*. Vale destacar que o aplicativo *WhatsApp* se tornou o principal meio para a realização das atividades em Ituiutaba, o que desafiou professores e alunos a conseguirem de alguma forma continuarem se comunicando, quanto ao processo de ensino e aprendizagem, não há o que dizer, pois o próprio meio por si só explica as consequências. E, quando pais, mães e/ou responsáveis não dispunham da conexão à internet, a solução foi

imprimir as apostilas para distribuir para os/as estudantes, e a escola se restringindo apenas a receber as atividades respondidas pelos alunos.

Além disso, a falta de acesso à internet implica, também, nas atividades dispostas pelos PETs, uma vez que nesse material constava links para aprofundamento dos conteúdos. Os professores que participaram da pesquisa apontaram vários problemas enfrentados, tais como: desmotivação por parte dos estudantes na execução das atividades online propostas; falta de protagonismo em relação aos questionamentos em dúvida; impossibilidade de acompanhamento da família que trabalha fora do lar; pais analfabetos ou analfabetos funcionais; interrupção das orientações por falta de crédito; aparelhos celulares inoperantes; falta de internet para os alunos, falta de aparelho celular ou computador para os alunos; falta de apoio familiar para ajudar os alunos a responderem as questões do PET; descaso com os estudos por parte de algumas famílias e alunos; não devolução do PET impresso, enviado aos alunos.

Quando se cruzam os dados sobre o acesso aos PET's e as condições das escolas que atendem aos alunos em situação de vulnerabilidade, questiona-se: quais as razões para o abismo da desigualdade de acesso à internet? Aqui podem-se citar alguns pontos, que de acordo com o relatório sobre o abismo digital (2022), são:

1 infraestrutura inadequada que ainda existe no país (quanto menor a disponibilidade de antenas para os usuários, menor a velocidade de conexão com a internet);

2 Custo alto para manter o acesso (95,7 milhões de brasileiros que possuem celular têm planos pré-pagos e precisam usar dados apenas dentro dos limites preestabelecidos nos planos);

3 Limitação de acesso a *hardware* (99% dos usuários só possuem aparelho com a finalidade de acesso à internet. O computador, que já foi o meio mais usado,

agora fica com apenas 42%; e 58% de brasileiros só têm este meio como acesso à internet). O que revela o impacto do custo do hardware e dos serviços de banda larga nas escolhas sobre o meio de conexão.

Vale ressaltar, também, os dados que a UNICEF (2021) trouxe sobre a pesquisa que trata do planejamento das redes municipais de ensino, publicado no site da UNICEF, em dezembro de 2021. Constatou-se que 70% das crianças com 10 anos de idade encontram-se agora em situação de pobreza de aprendizagem, incapazes de ler e compreender um texto simples.³ Portanto, se deve procurar caminhos para compreensão e ação de como vamos enfrentar o número de analfabetos e analfabetos funcionais que se agravaram com ela.

Ao analisar-se a situação apresentada, pode-se destacar, além da diferença de tendência de melhoria, até mesmo de forma gritante, que não há um vínculo para se garantir aos alunos a continuidade do acesso ao domínio dos conhecimentos produzidos pela humanidade e na produção de novos conhecimentos. Isso piorou com a pandemia, onde alunos foram privados, para salvar suas vidas, de irem à escola, mas o pior foi o descaso do governo federal em conduzir a crise sanitária, com consequências para diversos setores, no caso, para a educação, sem promover políticas consistentes para reduzir os impactos que esta crise provocou. Esta realidade reflete a assertiva de Sanfelice “a escola desqualificada é uma resposta ‘elegante’ que inclui, excluindo” (SANFELICE apud MACIEL, 2021, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta do ensino fundamental no modelo do ensino remoto para as escolas públicas em Ituiutaba/MG que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social apresenta vários impactos no processo de ensino e

³ UNICEF. **Relatório-The State of Global Learning Poverty: 2022 Update**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/70-por-cento-das-criancas-com-10-anos-de-idade-encontram-se-agora-em-situacao-de-pobreza-de-aprendizagem>. Acessado em: 10 de agosto de 2022.

aprendizagem, uma vez que com a pandemia da covid-19 a garantia da educação como um bem comum de direito universal ficou ameaçada, pois uma parcela dos alunos da escola pública não conseguiu acesso aos bens tecnológicos fundamentais para as aulas remotas. Isso reforça a importância de se compreender as desigualdades educacionais a partir da variável de inclusão destes que vivem em territórios vulneráveis aos bens, serviços e políticas públicas. Além disso, pode-se perceber que as políticas governamentais daqueles que se apossaram deste país de 2016 até 2022, serviram apenas para mascarar as condições precárias a que está submetida a classe trabalhadora.

Outra questão que o estudo aponta é o aprofundamento do interesse privado e de corporações que se colocam acima dos interesses coletivos, como é o caso da incorporação da mercantilização da educação via o uso das tecnologias digitais, como foi percebido na implantação do PET que se assenta na racionalidade e produtividade, onde o aluno sozinho conduz o seu estudo, podendo ou não ter o acompanhamento dos familiares. Seria um treino para o que ainda pode vir com tal proposta, a educação domiciliar, *homeschooling*, em meio à crise do ensino nacional. Nessa conjuntura, que é tão incerta, destaca-se que é preciso resistir aos desmontes que estão acontecendo na área da educação, por cauda de um governo que se aproveitou da pandemia para passar a boiada, mostrando que as crianças estão sendo vítimas desta promoção de desigualdade social e educacional. A discussão é única, o foco é garantir à criança sua existência como sujeito de direitos, entre eles, a educação de qualidade social, historicamente referenciada.

NUNES, K. C. S.; BEZERRA NETO, L. Remote education and vulnerability in public schools: evidenced impacts of the pandemic in the municipality of Ituuitaba/MG. ORG & DEMO (Marília), v. 24, Fluxo Contínuo, e023003.

Abstract: The present work aims to analyze the impacts of offering remote learning in schools that serve children in a situation of vulnerability in the first phase of Elementary School in the pandemic period between the years 2020 to 2021, in three public schools in the municipality of Ituiutaba/MG. It is a qualitative approach research with document analysis and field research. This is a qualitative-quantitative research, carried out through bibliographic, documentary and field research, based on the analytical descriptive method. As a methodological procedure, we used a virtual questionnaire (Google Forms) for teachers and students' families and a semi-structured interview that was carried out virtually (Google Meet) with the teachers. As a result, we can infer that the offer of remote teaching is not the same for everyone, although the teaching networks have made action plans to continue the studies. The weaknesses in the country are immense and each context has its peculiarities. To counteract all these interferences in the conduct of the health crisis we are experiencing and the reflexes on education, resistance actions are necessary in the defense of education as a common good of universal right. In this way, it is hoped that these data will help the State Department and the Municipal Department to seek ways to minimize the period of absence from face-to-face classes, which, to a certain extent, ended up contributing to the worsening of school inequalities.

Keywords: Education, Elementary School, Remote Teaching, Social Vulnerability.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar los impactos de ofrecer enseñanza a distancia en escuelas que atienden a niños vulnerables de la primera etapa de la Enseñanza Fundamental en el período de pandemia entre 2020 y 2021, en tres escuelas públicas del municipio de Ituiutaba/MG. Se trata de una investigación de enfoque cuali-cuantitativo, que se realizó a través de una investigación bibliográfica, documental y de campo, basada en el método analítico descriptivo. Como procedimiento metodológico se utilizó un cuestionario virtual (Google Forms) para docentes y familiares de los estudiantes y una entrevista semiestructurada que se realizó de manera virtual (Google Meet) con los docentes. Como resultado, podemos inferir que la oferta de educación a distancia no es igual para todos, aunque las redes educativas han realizado planes de acción para continuar estudios. Las debilidades del país son inmensas y cada contexto tiene sus particularidades. Para oponerse a todas estas injerencias en la gestión de la crisis sanitaria que estamos viviendo y los efectos en la educación, se

necesitan acciones de resistencia en defensa de la educación como bien común de derecho universal. De esta forma, se espera que estos datos ayuden a la Secretaría de Estado y a la Secretaría Municipal a buscar formas de minimizar el período de ausencia a las clases presenciales, que, en cierta medida, terminó contribuyendo al empeoramiento de las desigualdades escolares.

Palabras clave: Educación, Enseñanza Fundamental, Aprendizaje Remoto, Vulnerabilidad social.

Referências

ANTUNES, R. Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores.

Entrevista à Rádio Brasil de Fato. São Paulo, 27 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ANTUNES, R. **CORONAVÍRUS:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020b.

BECK, U. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **Parecer CNE CPN 15 5/2020.** Publicado em 04 mai. 2020, homologado em 01 jun. 2020. Disponível em https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020-1.pdf-HOMOLOGADO.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, M. et al. **Vulnerabilidade social no Brasil:** conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2021.

DUTRA JÚNIOR, N. P. S. Vulnerabilidade socioambiental ao desconforto térmico em Ituiutaba (MG). 2017. 170 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT. **Portal Qedu**. São Paulo, 2020. Disponível em:
Disponível em: https://qedu.org.br/cidade/2958-santa-vitoria/censo-escolar?year=2020&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Acesso em: 21 out. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Covid-19: Extensão da perda na educação no mundo é grave, e é preciso agir para garantir o direito à Educação, alerta UNICEF**. Rio de Janeiro, jan 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave>. Acesso em: 09 jul. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **70% das crianças com 10 anos de idade encontram-se agora em situação de pobreza de aprendizagem, incapazes de ler e compreender um texto simples: A covid-19 agrava a crise global de aprendizagem, colocando em risco US\$ 21 trilhões em ganhos ao longo da vida**. Rio de Janeiro, jul. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/70-por-cento-das-criancas-com-10-anos-de-idade-encontram-se-agora-em-situacao-de-pobreza-de-aprendizagem>. Acesso em: 18 jul. 2022.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Brasília, DF, 2019. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acessado em 17 de outubro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas de Populacao/Estimativas 2021/estimativa dou 2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf). Acessado em: 07 mai. 2022.

ITUIUTABA. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/313420>. Acessado em: 07 de maio de 2022.

ITUIUTBA. **Portaria nº182/2020**. Disponível em: <https://static-data.com.br/pmi/upload/educacao/portaria-n-1822020-aulas-nao-presenciais-covid-19.pdf>. Acessado em: 18 de julh. 2022.

MACIEL, A. C. A conjuntura política brasileira e os destinos da educação integral: entrevista com José Luís Sanfelice. **Roteiro**, v. 46, p. e26983, 2021. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26983>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARX, K. **O capital**: a crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Decreto 113 de 12 de março de 2020**. Belo Horizonte, 2020a

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020**. Belo Horizonte: SEE, 2020b

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Estude em Casa**. Belo Horizonte, 2020c. Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Planos de Estudos Tutorados**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets>. Acesso em 30 de novembro de 2020d.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110.pdf>. Acessado em: 27.07.2020.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. Apresentação: Marx em Paris. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris: manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência**. Lisboa: Camões- Instituto da Cooperação e da Língua, 2014.

PWC/INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Abismo digital no Brasil**. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/o-abismo-digital-no-brasil.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 20, n. 69, p. 119-136, 1999.

SOUZA, M. A. A. Abordagens recentes da pobreza urbana. **Mercator**. Fortaleza, v. 17, e17020, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/m4VjpS5dKKHqVSkSFgpHc4R/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 20 de nov. 2022.

XIMENES, D. A. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social/>. Acessado em: 11 de maio de 2022.

Submetido em: 30/01/2023

Aceito em: 15/05/2023

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023003>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.